**CENTRO DE TEC. DA INFORMAÇAO RENATO ARCHER**

# Termo de Referência 35/2026

## Informações Básicas

| Número do artefato | UASG | Editado por | Atualizado em |
|---|---|---|---|
| 35/2026 | 240129-CENTRO DE TEC. DA INFORMAçAO RENATO ARCHER | MELISSA ORTEGA MANTOVANI | 04/11/2026 12:17 (v 0.7) |

**Status**

ASSINADO

**Outras informações**

| Categoria | Número da Contratação | Processo Administrativo |
|---|---|---|
| II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes | 37/2026 | 01241.000949/2026-87 |

## 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

(Processo Administrativo n° *01241.000949/2026-87*)

**TERMO DE REFERÊNCIA**

### 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de equipamentos para laboratório químico multiusuário - DILAB e infraestrutura laboratorial das divisões vinculadas à CGMS, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO | CATMAT | UNIDADE DE MEDIDA | QUANTIDADE | VALOR ESTIMADO UNITÁRIO | VALOR ESTIMADO TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **1** | Balança Analítica Digital de Alta Precisão | 481475 | UN | 02 | R$ 8.643,00 | R$ 17.286,00 |
| **2** | Chapa de aquecimento com agitação | 440606 | UN | 06 | R$ 6.318,10 | R$ 37.908,60 |
| **3** | Estufa de secagem e Esterilização | 415169 | UN | 03 | R$ 6.860,70 | R$ 20.582,10 |
| **4** | Geladeira Frost Free 390L com Freezer | 624264 | UN | 02 | R$ 2.449,85 | R$ 4.899,70 |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **5** | Banho ultrassônico com aquecimento | 452877 | UN | 02 | R$ 4.060,82 | R$ 8.121,64 |
| **6** | pHmetro de bancada com condutivímetro | 477056 | UN | 02 | R$ 3.000,75 | R$ 6.001,50 |
| **7** | Centrífuga de microtubos | 453429 | UN | 01 | R$ 6.188,55 | R$ 6.188,55 |
| **8** | bomba de vácuo de diafragma | 632991 | UN | 02 | R$ 10.934,63 | R$ 21.869,26 |
| **9** | Sistema de osmose reversa água | 440478 | UN | 01 | R$ 6.301,33 | R$ 6.301,33 |
| **10** | Autoclave 21L | 625456 | UN | 01 | R$ 6.653,08 | R$ 6.653,08 |
| **11** | Gerador de Funções Arbitrários com 25MHz e 4 canais | 460682 | UN | 01 | R$ 4.454,67 | R$ 4.454,67 |
| **12** | Medidor de potência óptica – Região do visível | 630106 | UN | 01 | R$ 13.017,96 | R$ 13.017,96 |
| **13** | Osciloscópio Digital (100 MHz, 4 Canais) | 267211 | UN | 02 | R$ 5.440,95 | R$ 10.881,90 |
| **Total** | | | | | | R$ 164.166,29 |

1.2. *Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.*

1.3. *O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.*

*1.4. O prazo de vigência da contratação é de **180 (cento e oitenta) dias** contados do(a) **recebimento da Nota de Empenho**, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.*

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. *O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual **2026**, conforme detalhamento a seguir:*

*I) ID PCA no PNCP: 01263896000164-0-000011/2026;*

*II) Data de publicação no PNCP: 12/05/2025;*

*III) Id do item no PCA: 85;*

*IV) Classe/Grupo: 6640 - EQUIPAMENTOS E ARTIGOS DE LABORATÓRIO;*

*V) Identificador da Futura Contratação: 240129-37/2026;*

## 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A solução compreende o fornecimento integral de bens novos, de primeiro uso, entregues em embalagens originais e adequadas de fábrica, em remessa única, na sede do CTI Renato Archer em Campinas/SP. Inclui todos os acessórios e insumos necessários para o funcionamento imediato e irrestrito dos equipamentos (como pratos, bandejas, eletrodos, mangueiras, rotores, cabos BNC, pontas de prova e cartuchos), bem como o suporte técnico e

orientações para a instalação, calibração e desbloqueio eletrônico inicial (no caso de autoclaves, balanças e instrumentos de bancada). As especificações técnicas detalhadas de cada equipamento que compõe a solução estão listadas a seguir:

1. Balança Analítica Digital de Alta Precisão

- **Capacidade:** igual ou maior que 220 g.
- **Resolução:** 0.0001 g
- **Repetibilidade (Desvio Padrão):** Menor ou igual a 0,1 mg (na faixa nominal).
- **Linearidade:** Menor ou igual a 0,2 mg.
- **Tempo de Estabilização:** menor que 4 segundos.
- **Sistema de Ajuste/Calibração:** Ajuste e calibração interna totalmente automática, acionada por variação de temperatura ou tempo predefinido (tecnologia tipo FACT/IsoCAL ou equivalente).
- **Gabinete e Estrutura:** Carcaça robusta com proteção contra agentes químicos e impactos (preferencialmente metálica ou em polímero de alta resistência). Pés com ajuste para nivelamento.
- **Tamanho do Prato (Ø):** maior que 80 mm
- **Fonte de energia:** Entrada de energia: 100 - 240V ~ 200mA 50 - 60Hz 12 - 18VA; Potência de Saída: 12 VDC 0.5A
- **Unidades:** pelo menos Miligrama, Grama.
- **Prato de Pesagem:** Fabricado em aço inoxidável ou material resistente à corrosão.
- **Capela de Proteção (Protetor de Vento):** Capela com painéis de vidro de alta transparência, com portas deslizantes (laterais e superior) facilmente removíveis sem uso de ferramentas para limpeza.
- **Sistema antiestática:** Prato de pesagem e capela projetados para minimizar os efeitos de eletricidade estática ou com solução antiestática integrada/inclusa.
- **Garantia:** Mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação, com suporte técnico e assistência autorizada no Brasil.
- **Documentação Obrigatória na Entrega:** Certificado de Calibração Acreditado (RBC/INMETRO ou ISO 17025) emitido antes do envio ou realizado no momento da instalação; Manual de instruções totalmente em português.
- **Conformidade Normativa:** Declaração de conformidade com normas de segurança elétrica e compatibilidade eletromagnética (Ex: CE, UL, ISO 9001 do fabricante).

2. Chapa de aquecimento com agitação

- **Capacidade de Agitação:** Capacidade de agitação para volumes de até 10 Litros (HO). Controle ajustável de velocidade com faixa de operação contínua de no mínimo 50 a 1.500 RPM.
- **Faixa de Temperatura:** Placa de aquecimento com ajuste de temperatura desde a ambiente até pelo menos 310 °C.
- **Superfície de Aquecimento:** Placa superior com revestimento cerâmico, garantindo alta condutividade térmica, resistência a choques térmicos e excelente homogeneidade de aquecimento na superfície. Diâmetro do prato de aquecimento de aproximadamente 135 mm.
- **Circuito de Segurança:** Presença de circuito de segurança fixed e independente para limitação da temperatura máxima (em torno de 360 °C), prevenindo superaquecimento ou acidentes operacionais. Display /indicador de alerta visual para superfície quente (Hot Top Warning) para evitar queimaduras ao operador, mesmo com o equipamento desligado da agitação.
- **Interface e Monitoramento:** Visor/Display digital claro para monitoramento e ajuste preciso dos parâmetros operacionais (temperatura e rotação).
- **Proteção e Segurança Estrutural:** Classe de proteção do invólucro no mínimo IP 42 contra respingos de líquidos e entrada de resíduos. Estrutura/Motor fechado do tipo brushless (sem escovas) ou tecnologia equivalente de longa vida útil, garantindo operação contínua e livre de manutenção frequente.
- **Alimentação Elétrica:** Bivolt / 50-60Hz
- **Garantia de Fábrica:** Garantia total contra defeitos de fabricação de, no mínimo, 24 meses (2 anos), podendo ser estendida via registro no fabricante.
- **Assistência Técnico:** Apresentação de rede de assistência técnica autorizada no Brasil, com fornecimento de peças originais de reposição.
- **Documentação:** Manual de instruções totalmente em português.

3. Estufa de secagem e Esterilização

- **Temperatura de trabalho:** + 5°C até 300 °C (mínimo aceitável de +5 até 200°C).
- **Controle de temperatura:** precisão de +/- 1; Resolução: 0,1°C.
- **Faixa de Capacidade interna:** 250 - 280 L.
- **Medidas internas:** L = 60 X P = 60 X A = 70 cm
- **Isolamento térmico:** Lã de vidro, inclusive na porta.
- **Circulação de ar:** Forçada através de ventilador.
- **Descrição da câmara interna:** Câmara Interna com material anticorrosivo e resistente à altas temperaturas. Trilhos internos para deslocamentos da bandeja. Mínimo de duas Bandejas internas furadas. Saída superior para respiro de gases, umidade e acomodação de termômetro.
- **Painel de controle:** Mostrador de informações digital, Chave geral/Liga e desliga, controlador eletrônico digital.
- **Segurança:** Termostato de Segurança contra superaquecimento; Fusível de segurança contra sobrecarga elétrica.
- **Material do Gabinete Externo:** Acabamento em material com tratamento anticorrosivo e pintura eletrostática.
- **Porta e Vedação:** Porta com puxador anatômico; vedação em perfil de silicone de alta temperatura
- **Elétrica:** Voltagem: 220 volts; Potência: 2000 - 3000 watts; Cabo de alimentação com plugue de 3 pinos (duas fases e um terra), conforme NBR 14136.
- **Garantia e Suporte:** Garantia mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação, suporte técnico com assistência autorizada no Brasil, além de Certificado de Calibração do controlador emitido por laboratório acreditado pela RBC/Inmetro entregue junto ao equipamento.

4. Geladeira Frost Free com Freezer (volume mínimo 390 L)

- **Características:** Refrigerador / Geladeira de 02 (duas) portas (Duplex), com freezer na parte superior ou inferior. Frost Free (degelo 100% automático em ambos os compartimentos).
- **Capacidade Mínima:** 390 Litros totais (conforme norma de medição ABNT/INMETRO).
- **Elétrica:** 220V ou 110V, acompanhado de plugue elétrico padronizado no formato ABNT NBR 14136.
- **Sustentabilidade:** Classificação Energética "A" (ou superior: A+, A++ ou A+++) de acordo com a etiquetagem do Programa Brasileiro de Etiquetagem (PBE / INMETRO). Gás refrigerante ecológico, isento de CFC (ex: R600a ou R134a), atendendo à legislação ambiental vigente.
- **Controle e Acabamento:** Painel de controle interno ou externo para ajuste independente da temperatura do refrigerador e do congelador. Pintura ou revestimento resistente à corrosão (Branco, Evox ou Aço Inoxidável).
- **Garantia:** Mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação, com suporte técnico e assistência autorizada no Brasil.

5. Banho ultrassônico com aquecimento

- **Parâmetros:** Aquecimento fixo ajustável de 20 a 80°C; Frequência de Trabalho: 40 Hz; Potência: 100 - 200 Watts.
- **Tensão:** Bivolt, 110V ou 220V (selecionável).
- **Estrutura da Cuba:** Volume útil/total de 4,5 a 6 L. Cuba interna fabricada em aço inox AISI 304 estampado e polido (monobloco, sem emendas ou soldas) ou material resistente à corrosão. Tampa em plástico ou aço inox. Acompanha cesto para acomodar peças.
- **Operação:** Base com pés de borracha; Entrada/saída de água por dreno com registro para escoamento rápido. Display digital para ajuste de tempo e temperatura (Fahrenheit / Celsius). Timer digital com passos de tempo. Fusível de segurança integrado contra sobrecarga elétrica.
- **Garantia:** Mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação, com suporte técnico e assistência autorizada no Brasil.

6. pHmetro de bancada com condutivímetro

- **Faixa de Medição de pH:** Pelo menos 0,00 a 14,00 pH (aceitável expansão até -2,00 a 16,00 pH); Resolução: 0,01 pH; Exatidão: ± 0,01 a ± 0,02 pH.
- **Condutividade Elétrica (EC):** Faixa mínima de 0,0 a 100,0 mS/cm (com autorrelação de escala); Exatidão: ± 2% da escala completa.

- **Potencial de Oxirredução (ORP / mV):** Faixa de Medição de -1999 a +1999 mV; Resolução: 0,1 mV (em faixas baixas) ou 1 mV; Exatidão: ± 1 a ± 2 mV.
- **Temperatura:** Faixa de 0 a 70 °C (compensando medições até 80 °C em soluções); Resolução: 0,1 °C; Exatidão: ± 0,5 °C.
- **Funcionalidades e Operação:** Compensação Automática de Temperatura (ATC) com sensor dedicado na faixa de 0 a 60 °C. Calibração de pH automática em pelo menos 3 pontos (suporte a soluções padrão NIST e USA). Calibração de condutividade ajustável/automática.
- Recursos Adicionais: Desejável função HOLD (congelamento de leitura). Suporte a conectividade para exportação de dados (interface RS232 ou USB) ou capacidade interna de armazenamento para registros. Amplo visor de LCD (retroiluminado ou de tela dupla/tripla).
- **Acessórios Mínimos Inclusos:** Braço/suporte articulado para fixação de eletrodos, fonte de alimentação bivolt (adaptador AC/DC 9–12V), eletrodo de pH, célula de condutividade e sensor de temperatura.
- **Garantia e Suporte:** Mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação, com suporte técnico e rede autorizada no Brasil. Laudos de calibração que atestem a confiabilidade e conformidade regulatória (ISO 9001 e ISO/IEC 17025).

**7. Centrífuga de Microtubos**

- **Capacidade e Desempenho:** Tipo eletrônico de bancada laboratorial, em formato ultra-compacto. Deve possuir rotor confeccionado em material de alta resistência com capacidade mínima para 12 microtubos de volume entre 1,5 mL e 2,0 mL, operando com velocidade máxima de até 15.000 RPM.
- **Motorização e Controle:** Sistema equipado com motor de indução (sem escovas) de alta estabilidade e baixo nível de ruído. Interface com painel digital intuitivo para programação e acompanhamento contínuo dos parâmetros operacionais de tempo e velocidade.
- **Mecanismos de Segurança:** Equipado com trava de segurança eletromecânica na tampa que impede a abertura com o rotor em movimento, dispositivo de interrupção de emergência e sensor detector de desbalanceamento. Câmara de centrifugação de fácil higienização.
- **Alimentação, Regulamentação e Garantia:** Sistema de alimentação bivolt automática (110V/220V). O modelo ofertado deve possuir Registro ou Notificação ativo junto à ANVISA e declaração de conformidade com padrões de segurança elétrica aplicáveis. Garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação, contados a partir do aceite definitivo, acompanhado de manual em português e suporte de assistência técnica autorizada no país.

**8. Bomba de Vácuo de Diafragma**

- **Mecanismo e Desempenho:** Sistema de diafragma com operação a seco (isento de óleo ou lubrificação fluida), com peso limite de 9 Kg e nível de ruído abaixo de 60 dB. Deve apresentar vazão mínima de 26 litros por minuto, vácuo máximo/final de no mínimo 695 mmHg e pressão máxima de operação de pelo menos 6,32 bar (90 psi).
- **Motorização e Resistência:** Equipado com motor de potência de até 135 W e velocidade de rotação aproximada de 3.400 RPM. Construção com resistência à corrosão por agentes químicos não abrasivos e grau de proteção/isolamento IP-20.
- **Alimentação e Garantia:** Variações elétricas compatíveis com redes de 127V/60Hz e 220V/50-60Hz (ou sistema Bivolt), com correntes máximas operacionais de 1,5 A (127V) e 0,7 A (220V). Produto fornecido novo, de primeiro uso, com garantia técnica mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação a partir do recebimento definitivo, acompanhado de manual de instruções em português.

**9. Sistema de Osmose Reversa para Água**

- **Capacidade e Purificação:** Equipamento para purificação de água com vazão de produção mínima de 10 litros por hora (L/h), garantindo qualidade do produto final com condutividade elétrica máxima de 1 µS/cm. Deve possuir sistema constituído por no mínimo 4 estágios de filtragem, contemplando obrigatoriamente: pré-filtro de polipropileno (PP), filtro de carvão ativado, cartucho/coluna de troca iônica (resina mista) e filtro microbiológico /esterilizante.

- **Estrutura e Monitoramento:** Gabinete construído em aço inoxidável resistente à corrosão e de fácil higienização. Equipado com display/indicador digital e condutivímetro integrado para monitoramento contínuo e em tempo real da qualidade da água produzida.
- **Alimentação e Garantia:** Operação em rede elétrica de 110V ou 220V. Fornecimento do equipamento novo, com todos os componentes necessários para instalação inicial e pronta operação, além de garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação e garantia de disponibilidade de suporte técnico e peças de reposição (cartuchos/resinas).

**10. Autoclave Digital de Bancada (Mínimo 21 Litros)**

- **Capacidade e Estrutura:** Câmara de esterilização horizontal de bancada construída em aço inoxidável com capacidade volumétrica mínima de 21 litros (dimensões mínimas aproximadas de 24,6 cm de diâmetro por 45,2 cm de profundidade).
- **Alimentação e Operação:** Operação em sistema bivolt automático (suportando variações de rede entre 95V e 254V) com potência nominal igual ou superior a 1.600W. Processo com ciclo de secagem automática e sistema integrado de ajuste automático de altitude.
- **Sistemas de Segurança:** Equipado com mecanismos de proteção que incluem trava de porta mecânica ou eletrônica com múltiplos pontos de apoio, além de sistemas de desaeração e despressurização automáticas.
- **Acessórios e Regulamentação:** Acompanha bandejas perfuradas em material resistente à corrosão/calor (como alumínio anodizado), suporte para bandejas, mangueira e braçadeira para descarte, copo graduado e manual em português. O equipamento deve possuir Registro ou Notificação ativo junto à ANVISA para a classe correspondente ao modelo ofertado e conformidade com as diretrizes das normas vigentes de rastreabilidade (como NBR ISO 13485).
- **Garantia:** Produto fornecido novo, sem uso anterior, em embalagem original lacrada, com garantia técnica mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação e cobertura por rede de assistência técnica autorizada.

11. Gerador de Funções Arbitrárias 25MHz

- **Arquitetura Metrológica:** Resolução vertical de 16 bits, taxa de amostragem máxima de 625 MSa/s, tempo de subida menor que 3 ns e banda de frequência de até 25 MHz em 2 canais independentes. Display colorido integrado de 7 polegadas sensível ao toque (*touchscreen*).
- **Sinais e Modulações:** Biblioteca interna com pelo menos 148 tipos de formas de onda arbitrárias embutidas (Seno, Quadrada, Rampa, Pulso, Ruído, ECG, Gaussiana, Lorentz, entre outras). Gerador de harmônicos de alta ordem embutido (capaz de gerar até a 20ª ordem). Suporte a modulação analógica e digital (AM, FM, PM, ASK, FSK, PSK, PWM, SUM).
- **Frequencímetro Integrado:** Canal de medição de frequência independente com conector próprio, suportando leituras de até 500 MHz (7 dígitos até 250 MHz e 6 dígitos de 250 a 500 MHz).
- **Interfaces e Comunicação:** Portas USB Host (frontal), USB Device (traseira com suporte TMC) e interface LAN 10/100 BASE-T suportando o protocolo LXI-C. Função de controle remoto via navegador (*Web Control* padrão via IP). Alimentação via interface USB Tipo-C (suporte a USB PD 15V, 3A).
- **Acessórios inclusos:** 1 x Cabo de alimentação, 1 x Cabo BNC de par casado (M-M) e 1 x Cabo de dados USB.
- **Garantia:** Mínima de 36 (trinta e seis) meses contra defeitos de fabricação prestada por rede nacional.

**12. Medidor de Potência Óptica na Faixa do Visível**

- **Características e Desempenho:** Tipo eletrônico de bancada laboratorial com peso e dimensões compatíveis, operando em faixa espectral mínima de 400 a 1100 nm. Deve possuir faixa de medição de potência de ≤ 1 µW até pelo menos 500 mW, sensibilidade mínima (potência equivalente de ruído) de ≤ 100 nW e tempo de resposta inferior a 1 ms. Inclui atenuador integrado ou filtro óptico.

- **Compatibilidade e Sensores:** Arquitetura baseada em detector tipo fotodiodo de silício ou equivalente, adequado para lasers de baixa e média potência na faixa do visível. Deve possuir compatibilidade com adaptadores de fibra óptica (FC, SMA).
- **Interface e Alimentação:** Interface de leitura via display integrado e/ou interface digital robusta (ex.: USB), com alimentação direta via barramento USB ou fonte externa compatível.
- **Garantia:** Mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação.

**13. Osciloscópio Digital**

- **Características e Tela:** Tipo digital de bancada científica, com gabinete em material de alta resistência e tela colorida integrada do tipo LCD/VGA sensível ao toque ou com comandos intuitivos de no mínimo 7 polegadas (resolução mínima de 800x480 pixels).
- **Canais e Desempenho:** Equipado com 4 (quatro) canais de entrada analógicos independentes, largura de faixa mínima de operação de 100 MHz e resolução vertical de 8 bits. Deve apresentar taxa de amostragem em tempo real de pelo menos 1 GSa/s (mínimo de 250 MSa/s por canal ativo simultaneamente) e profundidade de memória total de no mínimo 24 Mpts (mínimo de 6 Mpts por canal).

- **Recursos e Conectividade:** Suporte a funções matemáticas avançadas (incluindo FFT), medições automáticas simultâneas, decodificação de protocolos de comunicação integrados (ex: RS232, I2C, SPI) e múltiplos modos de trigger. Interface de conectividade padrão com portas USB Host/Device e LAN. Acompanha pontas de prova passivas compatíveis com a largura de banda.
- **Alimentação, Segurança e Garantia:** Sistema de alimentação chaveado automático universal bivolt (100-240 VCA), em conformidade com padrões internacionais de segurança elétrica e compatibilidade eletromagnética. Garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação.

# 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

***Sustentabilidade***

4.1. *Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:*

*4.1.1. Eficiência Energética e Redução de Gases Estufa: Os equipamentos elétricos de refrigeração fornecidos — especificamente o Item 04 (Geladeira Frost Free) — deverão comprovar alta eficiência energética por meio da apresentação de Classificação "A" (ou superior: A+, A++, A+++) concedida pelo Programa Brasileiro de Etiquetagem (PBE/INMETRO) e portar o respectivo Selo Procel. Adicionalmente, o sistema de troca térmica do referido refrigerador deve operar com fluido ecológico 100% isento de clorofluorcarbonetos (CFC) (como os gases R600a ou R134a), em estrito atendimento à legislação ambiental vigente de proteção à camada de ozônio.;*

*4.1.2. Manejo de Resíduos e Embalagens Recicláveis: Os equipamentos deverão ser fornecidos em embalagens que utilizem, prioritariamente, materiais recicláveis ou de menor impacto ambiental (como papelão, madeira de reflorestamento e polímeros passíveis de reciclagem). A destinação final adequada das embalagens pós-desbalizamento dos equipamentos na sede do CTI ficará a encargo da própria Administração, que promoverá a triagem e a destinação dos resíduos recicláveis via cooperativas ou sistemas locais de coleta seletiva, desonerando a contratada de obrigações de logística reversa de embalagens comuns.; e*

*4.1.3. Consumo Racional e Descarte Tecnológico (e-waste): Os instrumentos eletrônicos de bancada deverão possuir arquitetura de hardware de baixo consumo operacional e sistemas integrados de gerenciamento de energia. Adicionalmente, os produtos fornecidos deverão apresentar alta durabilidade e extensos prazos de garantia de fábrica (de 12 a 36 meses, a depender do item) como medida preventiva contra a obsolescência precoce, assegurando que o descarte tecnológico futuro ocorra sob os procedimentos regulares de desfazimento patrimonial verde da Administração Pública Federal..*

**Subcontratação**

4.2. ***Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.***

**Garantia da contratação**

4.3. *Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.*

## 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

**Condições de Entrega**

5.1. *O prazo de entrega dos bens é de até **30 (trinta) dias**, contados do(a) recebimento da Nota de Empenho, em remessa única.*

5.3. *Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 05 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.*

*5.4. Os bens deverão ser entregues no **Almoxarifado da DIGEM / CTI** localizado na Rod. D. Pedro I, km 143,6, Amarais, Campinas/SP, CEP 13069-901, das 09:00 às 16:00, em dias úteis.*

**Garantia, manutenção e assistência técnica**

5.5. *O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo,12 (doze) meses para os Itens 01, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 12 e 13; de 24 (vinte e quatro) meses para o Item 02; e de 36 (trinta e seis) meses para o Item 11, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.*

5.6. *Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.*

5.7. *A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.*

5.8. *A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.*

5.9.*Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.*

5.10. *As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.*

5.11. *Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até **15 (quinze)** dias úteis, já incluído nesse prazo o tempo necessário para eventual retirada e devolução do bem, a cargo do Contratado.*

5.12. *O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.*

5.13. *Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação*

*igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.*

5.14. *Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.*

5.15. *O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.*

5.16. *A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.*

## 6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. *Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.*

**Fiscalização**

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

**Fiscalização Técnica**

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

**Fiscalização Administrativa**

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos,

solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.
6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

**Gestor do Contrato**

6.16. Cabe ao gestor do contrato:
6.16.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
6.16.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
6.16.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
6.16.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
6.16.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
6.16.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
6.16.7 enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## 7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

a. der causa à inexecução parcial do contrato;
b. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
c. der causa à inexecução total do contrato;
d. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
e. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
f. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
g. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
h. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
7.2.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3.Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. *Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de* 0,3% (três décimos por cento) *por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de* 30 (trinta) dias *dias*

*7.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;*

*7.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.*

*7.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “**e**” a “**h**” de* 5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento) *do valor da contratação.*

*7.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “**c**”, de* 5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento)*do valor da contratação.*

*7.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “**b**”, de* 5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento) *do valor da contratação.*

*7.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de* 0,3% (três décimos por cento) a 10% (dez por cento) *do valor da contratação.*

7.2.4.7. *Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “**a**”, de* 5% (cinco por cento) a 15% ( quinze por cento) *do valor da contratação*

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## 8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

**Recebimento**

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 05 (cinco) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

**Liquidação**

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.
8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.
8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.12.1. o prazo de validade;
8.12.2. a data da emissão;
8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;
8.12.5. o valor a pagar; e
8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:
8.15.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
8.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.
8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.
8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

**Prazo de pagamento**
8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice *Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo IPCA* de correção monetária.

**Forma de pagamento**

8.22. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

**Cessão de Crédito**

8.27. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.27.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.27.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.27.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.27.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.28. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

**Reajuste**

8.29. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 20/10/2026.

## 9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

**Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade *PREGÃO*, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo *MENOR PREÇO*.

**Forma de fornecimento**

9.2. O fornecimento do objeto será integral.

**Exigências de habilitação**

9.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

**Habilitação jurídica**

9.4. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.5. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br /empreendedor;

9.7. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.8. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.9. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.11. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

**Habilitação fiscal, social e trabalhista**

9.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.18. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

**Qualificação Econômico-Financeira**

9.21. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.22. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

**Disposições gerais sobre habilitação**

9.23. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.24. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.25. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.26. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.27. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

## 10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. *O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R$ 164.166,23 (cento e sessenta e quatro mil, cento e sessenta e seis reais e vinte e três centavos), conforme custos unitários apostos na* ***tabela contida no item 1.1 acima*** -

10.2. *A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre Contratante e Contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.*

## 11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. *As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.*

11.2. *A contratação será atendida pela seguinte dotação:*

*I) Gestão/unidade:* 00001/240129*;*
*II) Fonte de recursos: 1000;*
*III) Programa de trabalho:* 19 572 2308 20UL 0001*;*
*IV) Elemento de despesa:* 449052.04, 449052.08, 449052.12, 449052.39 *e*
*V) Plano interno:* 20UL0017-01.

11.3. *A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.*

## 12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

*Campinas, na data da assinatura eletrônica.*

_____

Celso Pereira

Agente de Contratação

(assinado digitalmente)

## 13. ANEXO I

**Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato**

***(Contratações de pequeno valor - art. 95, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024)***

### 1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O adjudicatário terá o *prazo de 05 (cinco) dias úteis,* contados a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato *Nota de Empenho*, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.
1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

1.3.1 referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133 /2021;

1.3.2. o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no *Edital,* no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

## 2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. ***O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.***

2.2. ***O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.***

## 3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1. São obrigações do Contratante:

3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

3.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;

3.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

3.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

3.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

3.1.8.1. A Administração terá o prazo de *05 (cinco) dias úteis*, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

3.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de *05 (cinco) dias úteis*.

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## 4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

**4.1.** O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.1.1 Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, *e da relação da rede de assistência técnica autorizada*;

4.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

4.1.3. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

4.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

4.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

4.1.7.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

4.1.7.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

4.1.7.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

4.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

4.1.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

4.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;

4.1.9. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

4.1.10. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

4.1.11. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

4.1.12. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

4.1.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

4.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

4.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

## 5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

5.1. *A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.*

5.2. *Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.*

5.3. *Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:*

5.3.1. *ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e*

5.3.2. *poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.*

5.4. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

5.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

5.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

5.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

5.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

5.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

5.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

5.5.3. Indenizações e multas.

5.6. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

5.7. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

**6. DOS CASOS OMISSOS**

6.1. Os casos **omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.**

**7. ALTERAÇÕES**

7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

7.3. s supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

**8. FORO**

8.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal em Campinas/SP, Seção Judiciária de Campinas/SP, para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

# 14. ANEXO II

**TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA**

Por meio deste instrumento, ..... *(identificar o Contratado)* declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Edital*, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o *Pregão* nº 37 /2026, bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, ..... de ..... de 20.... .

_____

(Nome *e Cargo do Representante Legal*)

## 15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Despacho: Portaria nº 51/2019/SEI-CTI, de 29 de abril de 2019

**CELSO PEREIRA**

Agente de contratação

Despacho: Portaria nº 51/2019/SEI-CTI, de 29 de abril de 2019

**LETICIA MUNIZ DOS SANTOS**

Equipe de apoio

Despacho: Portaria nº 51/2019/SEI-CTI, de 29 de abril de 2019

**MELISSA ORTEGA MANTOVANI**

Equipe de apoio

*Assinou eletronicamente em 04/11/2026 às 12:17:41.*

Despacho: Portaria nº 51/2019/SEI-CTI, de 29 de abril de 2019

**KAYO DE OLIVEIRA VIEIRA**

Integrante Técnico

Despacho: Portaria nº 51/2019/SEI-CTI, de 29 de abril de 2019

**FABIO ROBERTO CAETANO**

Integrante Técnico

**MICHELE ODNICKI DA SILVA**

Integrante Técnico

Despacho: Portaria nº 51/2019/SEI-CTI, de 29 de abril de 2019

**LUCAS GAVIAO ROCHA**

Integrante Técnico

Despacho: Portaria nº 51/2019/SEI-CTI, de 29 de abril de 2019

**THEBANO EMILIO DE ALMEIDA SANTOS**

Integrante Técnico

Despacho: Portaria nº 51/2019/SEI-CTI, de 29 de abril de 2019

**CAIQUE SERATI DE BRITO**

Integrante T´cnico